

economia

Copom vê economia mais fraca com juros altos

Ata divulgada ontem pelo Banco Central destaca que atividade econômica do Brasil desacelerou no segundo trimestre

/CONJUNTURA

O Comitê de Política Monetária (Copom) disse ver perda de força da atividade econômica sob efeito de juros altos e queda da inflação, mostra ata divulgada pelo Banco Central ontem.

“A leitura mais recente do PIB (Produto Interno Bruto), referente ao segundo trimestre de 2026, confirmou a desaceleração apontada por outros indicadores e revelou que o movimento foi mais intenso nas atividades econômicas e nos componentes da demanda mais sensíveis ao ciclo econômico”, disse.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB desacelerou no Brasil no segundo trimestre, com avanço de 0,5% na comparação com os três meses imediatamente anteriores. O recuo da taxa que mede o consumo das famílias puxou o indicador para baixo. O resultado veio após alta de 1,1% no primeiro trimestre.

O Copom disse também que observou a evolução do mercado de crédito bancário com

recursos livres e desaceleração nas modalidades de prazo mais longo.

“Nota-se, em particular, redução nas modalidades de mais longo prazo, mais sensíveis à política monetária que as modalidades de curto prazo ou emergenciais, mais onerosas”, disse.

Em relação ao comportamento da inflação, afirmou que as leituras mais recentes apontam para queda da inflação ao consumidor, tanto no índice cheio quanto na média das medidas subjacentes.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 4,22% no acumulado de 12 meses até agosto, puxado pela queda da conta de luz sob impacto temporário do bônus de Itaípu.

Na última quarta, o Copom decidiu por unanimidade reduzir pela quinta vez seguida a Selic em 0,25 ponto percentual, de 14% para 13,75% ao ano.

Mais uma vez, o colegiado do Banco Central evitou antecipar seus passos seguintes, reforçando a postura “dependente

dos dados” adotada pela gestão de Gabriel Galípolo. Isso significa que o Copom evita se comprometer antecipadamente com qualquer movimento e que sua decisão fica atrelada à evolução dos dados divulgados entre uma reunião e outra.

O Copom voltará a se reunir nos dias 3 e 4 de novembro, quando já será conhecido o resultado das eleições presidenciais.

Assim como no comunicado, o comitê repetiu na ata que, devido aos riscos associados à evolução dos preços, o tamanho total do ciclo de queda de juros será definido “à luz de novas informações” com o objetivo de levar a inflação à meta de 3%.

Desde o início do recuo da Selic, em março, foram cinco cortes consecutivos de mesma intensidade (0,25 ponto), com queda acumulada de 1,25 ponto percentual. No cenário de referência do Copom, a estimativa de inflação subiu de 5,1% para 5,2% para este ano e de 3,8% para 3,9% para 2027. Devido aos efeitos defasados da política de juros sobre a economia, o BC já



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Na última quarta, o Copom decidiu reduzir pela quinta vez seguida a Selic

tem na mira o primeiro trimestre de 2028. Nesse intervalo, a expectativa se manteve parada em 3,2%.

Esse cálculo foi feito com base na trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus, que projetava a Selic em 13,75% ao ano em 2026, e a taxa de câmbio a R\$ 5,15, evoluindo segundo a paridade do poder de compra. O preço do petróleo seguia a curva futura pelos próximos seis meses

e passava a aumentar 2% ao ano posteriormente.

O alvo central do BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

No modelo de meta contínua, em vigor atualmente, o objetivo é considerado descumprido pela autoridade monetária quando a inflação acumulada permanece durante seis meses seguidos fora do intervalo, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto).

Arrecadação soma R\$ 2,1 trilhões no ano até agosto

A arrecadação de impostos e contribuições federais até agosto de 2026 somou R\$ 2,112 trilhões, informou a Receita Federal ontem. O montante representa alta de 7,12% na comparação com o mesmo período de 2025, descontada a inflação do período. O resultado acumulado até agosto é o maior para o período desde 2000.

No relatório de divulgação, o Fisco atribui o desempenho da arrecadação em 2026 a alguns destaques, como a Receita Previdenciária, que teve uma arrecadação de R\$ 507,179 bilhões, com crescimento real de 5,03%.

Esse resultado se justifica pelo crescimento real de 3,47% da massa salarial e de 5,76% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário de janeiro a agosto de 2026 em relação ao mesmo período de 2025.

“Além disso, houve crescimento de 16,35% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a agosto de 2025”, escreve no documento.

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Lí-

quido (CSLL) somaram uma arrecadação de R\$ 411,048 bilhões, representando crescimento real de 6,11%. Esse resultado se deve, principalmente, ao crescimento real de 9,26% na arrecadação do lucro presumido e ao aumento real de 19,43% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2025.

Houve também, pagamentos atípicos da ordem de R\$ 20,926 bilhões, no período acumulado, sendo R\$ 11 bilhões de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e outros R\$ 9,926 bilhões do Imposto de Exportação de petróleo.

O PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R\$ 412,776 bilhões, representando crescimento real de 4,52%.

O desempenho pode ser explicado pelo aumento de 2,01% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 2,13% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre dezembro de 2025 e julho de 2026, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2024 e julho de 2025.

Além disso, pela recuperação da arrecadação relativa a setores

inseridos no Perse e ao setor petrolífero; pelo desempenho positivo dos segmentos automotivo, de eletricidade e gás, dos serviços financeiros e do Simples Nacional e pela expansão de 12,01% nas compensações tributárias e dos efeitos da legislação, especialmente as desonerações temporárias sobre diesel, biodiesel e querosene de aviação.

O IOF apresentou uma arrecadação de R\$ 67,159 bilhões, representando crescimento real de 24,11%. O governo aumentou a alíquota do IOF em junho de 2025 depois de uma série de impasses com o Congresso. A mudança tem turbinado a arrecadação dessa rubrica.

O IRRF-Rendimentos do Capital apresentou uma arrecadação de R\$ 118,121 bilhões, representando crescimento real de 18,43%.

O resultado do período pode ser justificado, principalmente, pelos aumentos nominais de 31,13% na arrecadação do item

“Aplicação de Renda Fixa (PF e PJ)”, de 47,04% na arrecadação do item “Juros sobre Capital Próprio” e de 11,35% na arrecadação do item “Fundos de Renda Fixa”.

Projeção de alta do PIB de 2026 cai de 2,3% para 2,0%, diz Fazenda

O Ministério da Fazenda reduziu a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2026 de 2,3% para 2,0%. A estimativa para o ano que vem caiu de 2,5% para 2,3%. As informações constam do Boletim Macroeconômico de setembro, publicado ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

As projeções da SPE continuam acima das medianas do último relatório Focus, que indicavam crescimento de 1,88% para o PIB em 2026 e de 1,43% para 2027.

Na comparação interanual, projeta-se crescimento de 1,8% no terceiro trimestre de 2026 ante 2,0% no segundo. A pasta vê uma desaceleração esperada puxada tanto pela agropecuária, cujo crescimento caiu de 6,8% no segundo trimestre para 3,7% no terceiro trimestre, quanto pela indústria, que caiu de 1,5% para 1,3%. Na margem, com ajuste sazonal, a projeção do PIB é de 0,2% no terceiro trimestre, com recuo de 0,7% do agro, aceleração de 0,6% na indústria e 0,4% dos serviços.

A SPE ressaltou que o mercado de trabalho segue como principal sustentação da demanda doméstica, com patamar de desocupação historicamente baixo e massa real de rendimentos ainda em expansão. As concessões de crédito a pessoas jurídicas também seguem crescendo na comparação interanual.

Em relação à atividade econômica, a Fazenda reiterou que os indicadores econômicos disponíveis só vão até julho, mas vê indícios de uma perda de fôlego em relação ao ano anterior, tanto na indústria, cujo crescimento no trimestre móvel caiu de 1,5% para 0,4%, quanto nos serviços, que caíram de 1,7% para 1,2%.

“O varejo ampliado manteve o ritmo e a construção reduziu a queda, sem compensar a desaceleração dos setores de maior peso, e o IBC-Br ficou estável em 1,5%. Na margem, julho trouxe recuperação parcial depois de um junho fraco, com alta na indústria, na construção e no varejo, mas o IBC-Br voltou a recuar”, disse a SPE.